

A UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA E CONQUISTAS DAS MULHERES: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DAS ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO SUPERIOR

Grazielly dos Santos Germano

Universidade Federal do Tocantins – grazie.germano@gmail.com

Kênia Gonçalves Costa

Universidade Federal do Tocantins - keniacost@mail.uft.edu.b

RESUMO

A universidade enquanto território é compreendida como um espaço de subjetividades, individuais e coletivas, onde manifestam-se as contraposições hegemônicas e dominantes historicamente construídas, tornando-se cenário de resistências, dentre as quais, as mulheres enquanto grupo social minoritário enfrentam cotidianamente no ensino superior. Tendo em vista essa perspectiva, esse estudo buscou compreender empiricamente as dificuldades vivenciadas pelas estudantes cotistas na Universidade Federal do Tocantins, para isso foi realizada uma discussão teórico-metodológica e interdisciplinar, pautada nos estudos de gênero sob uma perspectiva interseccional com o propósito de articulá-las às trajetórias socioespaciais dessas estudantes. Observou-se que as mulheres estudantes cotistas, mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres indígenas e mulheres pobres enfrentam muitos obstáculos para finalizar os cursos de graduação, dificuldades alicerçadas culturalmente por meio das relações de poder que envolvem questões de gênero, étnicas raciais e classe, articuladas por meio das condições estruturais que o processo de colonização construiu.

Palavras-chave: universidade; cotas; mulheres

INTRODUÇÃO

A universidade pode ser um espaço que vai muito além de formação acadêmica, pois contribui significativamente na formação de sujeitos críticos e políticos, como agentes e mediadores de transformação na busca de sociedade mais justa, podendo abarcar práticas institucionais e coletivas que podem contribuir na construção de lugares de acolhimento e fortalecimento de

indivíduos enquanto grupo. No entanto, contraditoriamente, ainda serve a ordem hegemônica, estruturada na lógica de consumo e permeadas por processos sócio-históricos pautados por uma cultura do ensino superior que é segregadora, tornando-se um grande obstáculo para a formação de uma consciência reflexiva e por consequente, por ser precursora da desigualdade social e disseminadora de diferentes tipos de discriminação.

Ampliando a perspectiva sobre território, Haesbaert (2006) entende também como relação de dominação e a apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômico mais “concreta” e “funcional” a apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Ou seja, em um sistema de dominação sob um dimensionamento de territorialização, uma pessoa não desenvolve devido apenas às diferenças individuais, mas à impossibilidade de ter experiências e refletir sobre si mesma, sobre os outros e suas relações sociais e à impossibilidade de questionar as instituições nas quais se encontra inserida, dentre elas a própria universidade.

A dominação e apropriação do espaço, de acordo com Haesbaert (2006), deveriam caminhar juntas, mas a história é também a história da sua separação, da sua contradição, quem vence é o dominante. Desta forma a apropriação de espaço na sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O respaldo para essa afirmação está nas palavras de Santos (2010), que entende a universidade como todo campo de criação das “subjetividades paradigmáticas”, ou seja, local em que o pensamento crítico independente, de transformação emancipatória, pode e deve ocorrer.

Corroborando com essa ótica de dominação, entendendo que os problemas observados na universidade e seu contexto advêm desses processos e mais do que isso, reproduzem as deficiências de uma sistema econômico injusto, Yúdice (2004) em “A conveniência da cultura” afirma que é pelas relações sociais que o indivíduo se transforma, capta os costumes, a cultura e a ideologia presente no contexto em que está envolvido, assim a identidade é caracterizada como um produto de uma cultura que valoriza a produção, onde se precisa de respostas rápidas e, portanto, de padronização e repetição, uma cultura onde a dúvida e a reflexão são vistas apenas como obstáculos à produção, e, a universidade tende a contribuir com a circulação dessa lógica mercantil o que bloqueia o contato com a sua comunidade, pois não é entendido como necessária nesse processo, pois as subjetividades são negadas por essa padronização, o que importa é “produção de conteúdos” e não a mediação para um pensar crítico.

Ainda nessa concepção, Freire (1989) que os contextos educacionais como um campo que possibilita ao sujeito a discussão corajosa de sua problemática existencial. Para o autor, a educação deve advertir os sujeitos dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ele ganhe força e coragem de lutar, ao invés de ser submetido às prescrições alheias, os moldes dominantes já mencionados. Essa educação deve colocar os sujeitos em diálogo constante com o outro e com a realidade concreta. - o cotidiano da vida. Essa atividade dialógica, que busca a aquisição crítica de conhecimentos, revela uma prática de respeito para com os educandos, a sua identidade cultural, considerando-os desde cedo como seres humanos que podem pensar livremente e encaminhando-os, por meio da conscientização, para uma verdadeira autonomia. Esse processo de aprender, de ensinar e de conhecer desvia o ser humano do imobilismo ao qual ele é constantemente empurrado estando inserido nessa sociedade.

Para concluir, Paulo Freire (1973) assinala que é a educação precisa libertar-se dos moldes dominantes para, assim, colocar no horizonte a libertação dos povos latino-americanos, cuja realidade é de opressão e exploração. Para isso é necessária uma nova epistemologia e uma nova práxis. O presente estudo é uma tentativa de contribuir na construção dessa nova epistemologia e essa nova práxis. Como fazê-las?

METODOLOGIA

Esse estudo se pretendeu contribuir para um saber interdisciplinar sobre as questões de gênero, étnicas raciais e classe, por meio das trajetórias socioespaciais das estudantes cotistas e sua vivência na universidade, considerando que elas, também, são parte pertencente e constituintes desse contexto, a partir desse enfoque refletir a partir das narrativas que nesse processo emergiram.

Para a consecução de tal propósito foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa, a qual pressupõe o contato direto e estreito do pesquisador com o sujeito e a situação em foco. Tal necessidade se justifica pelo fato de que as circunstâncias particulares em que um determinado fenômeno se insere são consideradas essenciais para que se possa compreendê-lo, na medida em que a natureza dos fenômenos humanos é influenciada pelo contexto onde estes ocorrem.(GIL, 2005)

Na primeira etapa da investigação foi realizada entrevistas semiestruturadas com oito (duas cada grupo) estudantes cotistas da Universidade Federal do Tocantins, que inclui as estudantes negras, quilombolas, indígenas e oriundas da escola pública/condição socioeconômica, intuindo

obter informações através de suas narrativas para compreensão a respeito de suas trajetórias socioespaciais.

As trajetórias socioespaciais são consideradas nesta pesquisa, uma proposta que representa uma forte interdisciplinaridade, um diálogo entre a geografia e demais ciências sociais, como sociologia, antropologia, psicologia e outras, a fim de refletir e analisar as relações, as subjetividades e a espacialidade do grupo social constituído pelas estudantes. Considerando-se que a entrevista, numa pesquisa qualitativa, não se constitui como um instrumento fechado, mas sim num diálogo entre pesquisador e pesquisado, entretidos ao contexto social.

O material coletado pelas entrevistas foi sistematizado e em seguida, realizada uma articulação teórico-metodológica e interdisciplinar, pautada nos estudos decoloniais de gênero e assim trabalhadas as trajetórias socioespaciais das estudantes cotistas. A narrativa é considerada uma parte fundamental, pois é compreendida como um lugar para possível interpretação da experiência vivenciada pela estudante na universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres representam a maioria no cenário atual da educação superior, no entanto, o que diz respeito à quantidade não representa as dificuldades que carregam ao longo de todo percurso na graduação, isso quer dizer que mesmo com as várias violências atreladas ao gênero combinado às opressão de raça e classe, e como disse a ativista Angela Davis (2016), sob viés interseccional, as formas que o racismo, o capitalismo e o sexismo que se articulam como manutenção das condições estruturantes nas relações humanas. Essas estudantes ao ingressarem na universidade veem como um território como ameaçador, um espaço de resistência, mas encontram ali também, o lugar de oportunidade para superação dessas desigualdades.

As estudantes quando se deparam com a nova realidade não se sentem acolhidas e seguras, esse espaço é o desconhecido que guarda os simbolismos que carregam a oportunidade de pertencimento e proteção diante da sociedade excludente, que até então, as reservavam um lugar de invisibilidade e incertezas. Então, um sentimento de ambivalência se instala já que esse contexto as ignora mas de certa forma também as liberta.

A educação ao longo de suas trajetórias de vidas tem como base um ensino que nega as subjetividades e tende a enquadrá-las nos estereótipos de gênero, além de desconsiderar as suas crenças e identidade de seu povo, como se explicitou nas narrativas das estudantes indígenas e quilombolas. A universidade dá continuidade a essa visão da cultura colonizadora de saberes mas

em contrapartida proporciona de maneira marginalizada o acesso as informações que lhe dão condições de resistir as facetas hegemônicas de padronização e dominação.

Pensar em teorias feministas para compreensão das relações construídas por bases da colonização vem sendo um trabalho árduo e marginal de muitas intelectuais, já que nesta perspectiva proposta, as teorias feministas também se pautaram em uma história unilateral e ocidental, o feminismo burguês, que nasceu na Europa, fato que houve muitas conquistas de direitos para igualdade de gênero que esse movimento proporcionou em termos imensuráveis, é sim uma luta legítima. Porém, realizar uma leitura a partir “do sul” é uma proposta necessária para entender os processos de opressão específicos das mulheres latinas americanas herdados por uma cultura colonizadora.

A autora Curiel (2009) em “descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe” enfatiza a necessidade de se contar “outras” histórias, que quase nunca são contadas:

A descolonização para nós se trata de uma posição política que atravessa o pensamento e a ação individual e coletiva, nossos imaginários, nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de atuar e ser no mundo e que acredita em uma espécie de revolução intelectual, de práticas sociais e de construção de pensamento próprio de acordo com as experiências concretas. Se trata de um questionamento do sujeito único, ao eurocentrismo, ao ocidentalismo, à colonialidade do poder, ao mesmo tempo que reconhece propostas como hibridização, polisssemia, outros pensamentos, subalternizados. Essas propostas críticas do feminismo da América Latina e do Caribe são posições de oposição ao feminismo branco, heterossexual, institucional. Mas, acima de tudo, um feminismo que pensa e repensa na necessidade de construir uma prática política que considere a sobreposição de sistemas de dominação como o sexismo, o racismo, a heterossexualidade e o capitalismo, o porquê consideramos essa "matriz de dominação ".(s/p)

Nessa pesquisa há uma tentativa de fazer isso, contar história que não são contadas, de estudantes que entraram por meios de cotas na universidade, viram nesse novo espaço uma oportunidade para conseguir um lugar ao sol em meio a uma sociedade excludente que muito oprime as mulheres, pautadas em uma visão que deixou muitas marcas, o da colonização.

Uma forma que penso ser importante refletir é a relação entre gênero, raça e classe, é o que vem se debatendo como interseccionalidade, que é a proposta do presente estudo. Se tratando das discussões de gênero na modernidade, com os resquícios históricos baseados no eurocentrismo,

capitalismo e colonização, por um lado, a categoria “mulher” significa uma pessoa frágil, sexualmente contida, destinada aos trabalhos domésticos, sem razão e com restrição ao público. A classificação racial, se agrava, “negra”, “índia”, representa ideologicamente, a seres primitivos em todos os sentidos, desumanizadas, capazes de grande violência, sem controle de sua sexualidade, com maior capacidade ao trabalho físico. Nesse sentido, é imprescindível problematizar as formas que nos referimos as mulheres. O que quero dizer é que, as mulheres eurocêntricas, brancas é atribuído é como termo universal, por que esse é o padrão “autorizado” por vias da historicidade e que exclui todas as mulheres negras e indígenas, sem conhecimento da colonialidade de gênero. Isso é reproduzido no contexto da universidade de forma muito nítida, o que quer dizer que ela também está estruturada racialmente. E as intersecções entre as categorias de opressão (classe, raça, gênero) significa que há hierarquias entre mulheres, inclusive entre homens, e que algumas mulheres tem o poder cultural e econômico. (PAREDES, 2012)

A visão decolonial permite abrir espaços de resistência ao modelo de educação que tem dominado na América Latina desde a colonização, para realizar uma análise das trajetórias socioespaciais das estudantes que ingressaram por meio das cotas na universidade é fundamental conhecer as diferentes dinâmicas de cada grupo de origem e seus percursos acadêmicos até chegarem no ensino superior.

Para compreender as trajetórias socioespaciais é necessário entrar em contato com as questões subjetivas atreladas ao gênero e requer uma desconstrução do modelo da educação atual brasileira. Se trata de traçar uma caminho crítico realizando um dialogo equitativo entre o paradigma ocidental refletido das trajetórias das estudantes que emergiram em suas narrativas.

Nas narrativas apareceram às violências do gênero no contexto universitário, assédio sexuais e morais foram citados em mais da metade das entrevistadas, sendo que a forma que se manifestam são diferentes em cada grupo que as acadêmicas pertencem, que possibilita a abertura da compreensão das suas trajetórias socioespaciais foram construídas a partir de uma perspectiva que objetifica seus corpos diferentemente, sobretudo aqueles que não estão dentro do padrão autorizado do ponto de vista hegemônico.

O corpo das estudantes acaba se tornando por si só um meio de resistência, estudantes indígenas, negras e quilombolas relatam a experiência de adentrar em um espaço desconhecido, como da universidade, e logo no início perceberem que desde os trabalhadores que as recebem, até os demais estudantes, não respeitam sua estética e ainda as afrontam.

A relação com o corpo responde aos valores estéticos e culturais que marcam de forma específicas as suas lutas, suas concepções sobre ser mulher, portanto, ao entrar na universidade, há um questionamento acerca disso, uma imposição hegemônica da imagem, anula as as características corporais que representam as práticas culturais de um povo.

CONCLUSÃO

Esse estudo ainda está em andamento, faz parte do processo de elaboração de uma dissertação de mestrado e até o presente momento, observou-se que as mulheres estudantes cotistas, que inclui grupos minoritários, mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres indígenas e mulheres pobres enfrentam muitos obstáculos para conclusão dos cursos na universidade. Dificuldades construídas historicamente por meio das relações de poder que envolvem questões de gênero, étnicas raciais e classe, articuladas por meio das condições estruturais que o processo de colonização construiu.

Em suma, pode-se dizer que o social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos os que rompem ou tentam romper com esse modelo. Essa estudantes ficam à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social.

REFERÊNCIAS

CURIEL PICHARDO, Rosa Ynés Ochy et al. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe*. 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016

FREIRE, Paulo. **Educação para a liberdade**. Porto: Escorpião, 1973.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. In: *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

PAREDES, Julieta. **Las trampas del patriarcado**. Pensando los feminismos en Bolivia, Serie Foro, v. 2, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo.** Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

YÚDICE, George. **Capítulo I: A conveniência da cultura; Capítulo II: O imperativo social do desempenho.** In: **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.